

Anexo I - Deliberações das 10 (dez) Pré-Conferências da VIII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo/SP

RELATÓRIO TÉCNICO DA CONFERÊNCIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REGIÃO SUDESTE 2 DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Ficha Técnica

SMADS

Alda Marco Antônio | Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo/SP

Olga Arruda | Coordenadora de Gestão de Pessoas

COMAS

Jair Gomes de Araújo | Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo/SP

Comissão Central de Organização da VIII Conferência Municipal de Assistência Social

Conselheiros:

Carlos Nambu | Coordenação; Silvana Cappellini | Relatoria; Darcy Diago Finzetto; Dirceu Omae; Dulcinéa Pastrello; José Wilson Bernardes; Valéria da Silva Reis Ribeiro

Secretária executiva do COMAS-SP:

Maria Inês Shigekawa

Representantes da SMADS:

Eliana Maria Ribeiro Garrafa, Elisabeth Maria Valletta e Kátia Cilene Gregório

Fórum da Assistência Social da Cidade de São Paulo:

Maria Nazareth Cupertino e Paulo Lopes Carneiro

Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo:

Cláudia Aparecida Felipe e Cleodon Silva

Fórum de Entidades Beneficentes de Assistência Social: Elisabete Antolino

SOLAR Consultoria em Gestão e Pesquisas

João de Jesus da Costa | Gerente do Projeto

Alfredo Barbeta | Coordenador Técnico

Andréia da Silva Barbosa | Coordenadora Adjunta

Lígia Mendes Borges | Coordenadora de Relatoria

Mariana Barbosa Barreiros Rubinello | Coordenadora de Credenciamento

Deborah Ghelfond | Assessora Técnica e Relatora

Márcia Pereira Borges | Assessora Técnica e Relatora

Beatriz Barbosa Barreiros | Relatora

Dorival Pereira dos Santos Junior | Relator

Elisabete Satie Henna | Relatora

Rozimar Donizete Lemos | Relatora

Joselma Gonçalves Sousa | Administradora

Ana Paula Ximenes Neves | Estagiária

Abigail Torres | Palestrante

Priscila Cardoso | Palestrante

Renato Dente Luz | Palestrante

Vânia Nery | Palestrante

LISTA DE SIGLAS

AGPP - Assistente de Gestão de Políticas Públicas
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CAPE - Centro de Atendimento a Pacientes Especiais
CAPS - Centro de Apoio Psicossocial
CAS - Coordenadoria de Assistência Social
CCA - Centro da Criança e do Adolescente
CEBAS - Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
COEGEMAS - Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social
COMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
CONSEAS - Conselho Estadual de Assistência Social
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
CREAS - Centros de Referência Especializados da Assistência Social
FAS - Fórum de Assistência Social
FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social
FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social
GDA - Gratificação de Desempenho de Atividades
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IML - Instituto Médico Legal
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Municipal
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
LOSAN - Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MP - Ministério Público
MSE - Medidas Socioeducativas
MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NOB - Norma Operacional Básica
NOB/RH - Norma Operacional Básica/Recursos Humanos
NOB/SUAS - Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social
NSE - Núcleo Sócio Educativo

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
ONG - Organização Não-Governamental
PAIF - Programa de Atenção Integral às Famílias
PBF - Programa Bolsa Família
PCCS - Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PEC - Proposta de Emenda à Constituição
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PL - Projeto de Lei
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PPA - Plano Plurianual
PROASF - Programa de Atenção Social às Famílias
PSB Infância - Programa de Apoio à Criança de 0 a 6 anos
PSF - Programa de Saúde da Família
RH - Recursos Humanos
SAS - Supervisão de Assistência Social
SEHAB - Secretaria de Habitação
SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social
SPTRANS - São Paulo Transporte S/A
SUAS - Sistema Único da Assistência Social
TCE - Tribunal de Contas Estadual
TCM - Tribunal de Contas Municipal
TCU - Tribunal de Contas da União

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Verificação do Eixo Controle Social

Tabela 2 - Verificação do Eixo Implantação e ampliação do SUAS no município

Tabela 3 - Verificação do Eixo Necessidades Relativas a Recursos Humanos / Pessoal

Tabela 4 - Financiamento

Tabela 5 - Deliberações sobre participação popular, controle social e conselhos

Tabela 7 - Deliberações sobre situação o SUAS

Tabela 6 - Deliberações sobre situação dos usuários e trabalhadores com relação ao SUAS

Tabela 8 - Deliberações sobre o financiamento

Tabela 9 - Propostas sobre a participação dos usuários nos Conselhos e Conferências

Tabela 10 - Avaliações dos participantes sobre a Conferência Regional

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição da Comissão Organizadora Regional

Quadro 2 - Equipe de Facilitadores e Relatores

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Inscritos na Conferência Sudeste 2

Gráfico 2 - Credenciamento

Gráfico 3 - Palestra (s)

Gráfico 4 - Trabalhos em grupos

Gráfico 5 - Infra-estrutura

Gráfico 6 - Organização geral do evento

SUMÁRIO

Apresentação

- 1. Regimento Interno aprovado na Conferência Regional**
- 2. Mesa de abertura dos trabalhos**
 - 2.1. Composição da mesa de abertura**
 - 2.2. Síntese dos pronunciamentos das autoridades**
- 3. Sistematização do CONFERIR 2007**
 - 3.1. Eixo 1 - Controle Social**
 - 3.2. Eixo 2 - Implantação e Ampliação do SUAS no Município**
 - 3.3. Eixo 3 - Necessidades Relativas a Recursos Humanos / Pessoal**
 - 3.4. Eixo 4 - Financiamento**
- 4. Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”**
- 5. Sistematização do PROPOR 2009**
 - 5.1. Subtemas: participação popular, controle social e conselhos**
 - 5.2. Subtemas: usuários e trabalhadores do SUAS**
 - 5.3. Subtemas: gestão do SUAS e entidades**
 - 5.4. Subtema: financiamento**
 - 5.5. Participação do usuário nos Conselhos e nas Conferências**
- 6. Moções referendadas na Conferência Regional**
- 7. Escolha da delegação da Sociedade Civil para a Conferência Municipal**
 - 7.1. Participantes inscritos**
 - 7.2. Delegados à VIII Conferência Municipal**
 - 7.3. Suplentes à VIII Conferência Municipal**
 - 7.4. Observadores à VIII Conferência Municipal**
- 8. Candidatos à indicação do Poder Público para a VIII Conferência Municipal**
- 9. Avaliação**
 - 9.1. Síntese das avaliações dos participantes**
 - 9.2. Síntese das sugestões, críticas e elogios dos participantes**

Anexos

- Anexo 1 - Pronunciamento da Coordenadoria de Assistência Social**
- Anexo 2 - Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”**
- Anexo 3 - Dados sobre a Delegação da Sociedade Civil à VIII Conferência Municipal de Assistência Social**
- Anexo 4 - Dados sobre a Delegação do Poder Público candidatos à VIII Conferência Municipal de Assistência Social**

Apresentação

A Conferência Regional Sudeste 2 ocorreu no dia 23 (vinte e três) de junho de 2009 nas dependências do NEEMIAS, na Avenida José Maria Whitaker, 2.000, no distrito da Saúde, o credenciamento dos participantes iniciou-se às 8h30m e a plenária final encerrou-se às 18h30m. Essa Conferência abrangeu os seguintes distritos: Vila Mariana, Jabaquara e Ipiranga.

Estavam presentes 126 (cento e vinte e seis) participantes, dos quais 109 (cento e nove) inscritos, sendo eles 08 (oito) usuários do SUAS, 10 (dez) trabalhadores da rede sócio-assistencial, 44 (quarenta e quatro) de organizações sociais e 47 (quarenta e sete) representantes do poder público.

A Conferência Regional cumpriu com toda a programação prevista, sem alterações no cronograma.

Compuseram a Comissão Organizadora Regional e equipe de relatores e facilitadores:

Quadro 1 - Composição da Comissão Organizadora Regional

REPRESENTAÇÃO	STATUS	NOME
SOCIEDADE CIVIL	TITULAR COORDENADOR	DEMILSON OLIVEIRA DOS SANTOS
SOCIEDADE CIVIL	TITULAR	MÁRCIO MIRANDA
SOCIEDADE CIVIL	TITULAR	MARIA JOSÉ BRITO DE OLIVEIRA
PODER PÚBLICO	TITULAR COORDENADORA	ELIANA F. L. VICTORINO
PODER PÚBLICO	TITULAR	YOSHICO IWAI
PODER PÚBLICO	TITULAR	ISABEL FRANCISCA DE ALMEIDA

FALTAM DADOS DOS RELADORES, FACILITADORES E EQUIPE DE APOIO

Quadro 2 - Equipe de Facilitadores e Relatores

NOME	FUNÇÃO

1. Regimento Interno Aprovado na Conferência Regional

CAPÍTULO I – ORGANIZAÇÃO

Art. 1º - A Conferência Regional de Assistência Social da Cidade de São Paulo é foro de debate, na defesa dos direitos socioassistenciais, civis e políticos e na garantia do sistema de proteção social da Assistência Social.

Art. 2º - A Conferência Regional terá caráter deliberativo. Será realizada conforme publicação da Resolução COMAS-SP 359 de 25/04/2009.

Art. 3º - A mesa coordenadora dos trabalhos da Conferência Regional será composta por:

- I - Um Coordenador da Mesa
- II - Um Mediador - Conselheiro designado pelo COMAS/SP;
- III- Um representante da CAS;
- IV- Um representante da Sociedade Civil;
- V - Autoridade(s) presente(s) na Conferência Regional

§ 1º - A escolha dos membros da mesa coordenadora, a exceção do mediador ficará a critério da Comissão Regional da Macro-Região.

§ 2º - Cabe ao Coordenador da Mesa:

- Dar início aos trabalhos
- Garantir a palavra aos integrantes da mesa e plenário
- Conduzir os trabalhos do dia

§ 3º - Cabe ao Mediador:

- Assegurar a realização da Conferência Regional observando o Regimento Interno
- Garantir a interlocução com a Comissão Regional

Art. 4º - A Comissão Regional foi constituída de foro paritário composta por 03 (três) representantes do poder público e 03 (três) representantes da sociedade civil homologados pelo COMAS/SP em resolução própria.

§ 1º - As Comissões Regionais são de coordenação paritária (1 da Sociedade Civil e 1 do Poder Público) eleitos pelo Plenário da Comissão na Macro-região correspondente.

Art. 5º - São participantes da Conferência Regional:

- * Conselheiros Municipais de Assistência Social;
- * Representantes do Poder Público;
- * Representantes de Entidades e Organizações, Trabalhadores e Usuários;
- * Representantes de Fóruns Regionais e Municipal voltados para a Assistência Social;
- * Representantes de Movimentos Sociais, Universidades, Conselhos de Categorias Profissionais e Fóruns de Etnia e de Gênero;

*Autoridades convidadas e presentes

§ 1º - Os participantes da Conferência Regional deverão ser maiores de 16 (dezesesseis) anos ou emancipados legalmente devidamente documentados.

Art. 6º - Na Conferência Regional o credenciamento será presencial e realizado das 8h00 às 14h00, mediante assinatura da lista de presença, recebimento da Ficha de Credenciamento, escolha do subgrupo com seu respectivo tema no período da manhã e Ficha de inscrição para os interessados em pleitear a vaga de Delegados para a Conferência Estadual, cuja a eleição será realizada na Conferência Municipal.

§ 1º - Cada Subgrupo terá número de vagas pré-estabelecido pela Comissão Regional. Caso o Subgrupo escolhido já esteja com o número de vagas preenchido, o participante deverá fazer a sua 2.ª opção e assim consecutivamente, caso necessário.

§ 2.º - Fica estabelecido que a Ficha de Credenciamento e a Ficha de Inscrição para Delegados da Conferência Estadual deverá ser obrigatoriamente devolvida no credenciamento do período da tarde, até às 14h00 para realização da confirmação do credenciamento e escolha do subgrupo com seu respectivo sub tema no período da tarde, em local a ser designado pela Comissão Regional, sob pena de ficar inabilitado a participar da VIII Conferência Municipal de Assistência Social o participante que não devolver a ficha de Credenciamento e a Ficha de Inscrição para Delegados da Conferência Estadual.

CAPÍTULO II - Da Temática e Programação

Art. 7º - A Conferência Regional terá como tema “Participação e Controle Social do SUAS” e como objetivo “Avaliar a situação da assistência social, propor e deliberar diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS, enfatizando a participação e o controle social no município de São Paulo”

§1º - As temáticas deverão seguir as orientações do Conselho Nacional de Assistência Social.

§2º - Os grupos temáticos da Conferência Regional deverão conferir a efetivação ou não das deliberações da VII Conferência Municipal de Assistência Social em 2007 nesses últimos 2 (dois) anos, identificando os avanços, as dificuldades/ entraves, apresentando os Relatórios dos Subgrupos para a deliberação do Plenário Final, com pontos importantes abordados nos Subgrupos para encaminhamento daquilo que não foi efetivado.

§3º - Os grupos temáticos da Conferência Regional também deverão deliberar quanto às metas em relativas ao tema da VII Conferência Nacional de Assistência Social, cujo tema é “Participação e Controle Social do SUAS” .

Art. 8º - A Conferência Regional terá a seguinte programação:

*08h00 às 14h00 - Credenciamento;

*09h00 às 09h30 - Solenidade de Abertura;

*09h00 às 10h00 - Leitura e aprovação do Regimento Interno da Conferência Regional

- *10h00 às 10h10 – Orientações da Comissão Central
- *10h10 às 11h30 – Conferir as deliberações de 2007
- *11h30 às 12h30 – Apresentação e aprovação dos trabalhos dos Grupos
- *12h30 às 13h - Intervalo para refeição
- *13h00 às 13h30 – Apresentação cultural
- *14h00 – Prazo para entrega da Ficha de Credenciamento e Ficha de Inscrição de Delegados para a Conferência Estadual
- *13h30 às 14h15 - Exposição do Tema “Participação e Controle Social do SUAS”
- *14h15 às 15h30 - Proposituras e deliberações nos grupos temáticos.
- *15h30 às 16h30 - Apresentação síntese pelo Relator de cada grupo, das propostas aprovadas nos grupos temáticos da Conferência Regional para aprovação no Plenário.
- *16h30 às 17h00 - Eleição e apresentação da delegação para a Conferência Municipal de Assistência Social, apresentação de moções e encerramento

Art. 9º - Os participantes serão subdivididos em grupos temáticos:

§ 1º - Cada grupo terá um facilitador e relator indicados previamente pela Comissão Regional.

§ 2º - Cabe ao facilitador do Grupo:

- I – Abrir e orientar a discussão
- II - Esclarecer dúvidas;
- III - Coordenar os debates, assegurando o uso da palavra aos participantes;
- IV - Assegurar que as propostas sejam encaminhadas e aprovadas por consenso ou maioria simples;
- V – Controlar o tempo

§ 3º - Cabe ao Relator:

- I - Registrar as propostas do grupo em instrumento próprio;
- II - Apresentar o relatório à mesa coordenadora e ao plenário.

§ 4º - Fica estabelecido que as discussões nos grupos temáticos serão registradas por meio auditivo, sendo responsabilidade da Assessoria de Metodologia a disponibilização do som e microfone para todas as salas, tendo em vista que a responsabilidade pela gravação das discussões e deliberações do grupo. E de responsabilidade da Comissão Regional a disponibilização do som e microfone para os plenários gerais.

Art. 10º - Os participantes poderão fazer uso da palavra para intervenções nos grupos temáticos que não excedam 02 (dois) minutos ou poderão se manifestar por escrito e encaminhar ao Coordenador do Grupo.

Art. 11º - As reuniões dos Grupos Temáticos deverão deliberar em seu tema específico os relatórios e as propostas que serão apresentadas e deliberadas no Plenário da Conferência Regional, e encaminhada para a VIII Conferência Municipal de Assistência Social.

§ Único - A aprovação das propostas nos grupos dar-se-á por consenso ou maioria simples de votos.

Art. 12º - As moções deverão ser entregues aos Coordenadores da Comissão Organizadora Regional até o início do Plenário de aprovação das propostas no período da tarde, com anúncio de término realizado pelo Coordenador da Mesa, e assinadas por pelo menos 20 (vinte) participantes.

CAPÍTULO III - PLENÁRIO FINAL

Art. 13º - O Plenário Final da Conferência Regional será constituído pelos participantes, que deliberaram sobre as propostas apresentadas pelos grupos temáticos.

Art. 14º - O relator de cada grupo temático exporá sinteticamente no prazo de 10 minutos as considerações e deliberações de cada grupo.

Entregará para a mesa coordenadora os formulários padrão preenchidos durante a discussão dos grupos temáticos.

§ Único - Visando a consolidação e sistematização dos resultados que serão apresentados na VIII Conferência Municipal de Assistência Social, as Comissões Regionais deverão entregar em até 02 (dois) dias úteis da realização da Conferência Regional à Comissão Organizadora do COMAS/SP, os seguintes materiais: lista de presença e fichas de credenciamento e inscrição de Delegados para Conferência Estadual, formulários, instrumentais dos grupos temáticos, o regimento aprovado pela plenária e moções.

CAPÍTULO IV - Da Organização Regional

Art.15º - Organização Regional

I - As Comissões Regionais, correspondentes as 10 Macro regiões, são responsáveis pela sua infra-estrutura e organização, sendo acompanhadas e subsidiadas pela Comissão Organizadora Central, conforme previsto no Artigo 4.º, Inciso III da Resolução 359/COMAS-SP/2009.

II - As Conferências Regionais de Assistência Social das Macro Regiões serão realizadas no âmbito das 5 CAS - Coordenadoria de Assistência Social, subdivididas em 10 Macro-Regiões, conforme segue:

CAS NORTE

* NORTE 1 Santana/Tucuruvi - Jaçanã/Tremembé - Vila Maria/Vila Guilherme

* NORTE 2 Perus - Freguesia/Brasilândia - Casa Verde/Cachoeirinha - Pirituba

CAS SUL

* SUL 1 Campo Limpo - M'Boi Mirim

* SUL 2 Parelheiros - Santo Amaro - Cidade Ademar- Capela do Socorro

CAS CENTRO/OESTE

* CENTRO/OESTE 1 Lapa - Sé

* CENTRO/OESTE 2 Pinheiros - Butantã

CAS SUDESTE

*SUDESTE 1 Mooca - Aricanduva/Vila Formosa/Carrão - Vila Prudente/Sapopemba-Penha

* SUDESTE 2 Vila Mariana - Jabaquara - Ipiranga

CAS LESTE

* LESTE 1 São Mateus - Itaquera - Ermelino Matarazzo - São Miguel Paulista

* LESTE 2 Guaianases - Itaim Paulista - Cidade Tiradentes

CAPÍTULO V - DOS DELEGADOS

Art. 16º - Delegados (as)

I - O critério para a eleição de delegados (as) das Conferências Regionais de Assistência Social seguirá a normativa e deliberação do COMAS/SP. Os delegados (as) que serão eleitos na Conferência Municipal para a VII Conferência Estadual de Assistência Social seguirá a normativa e deliberação do CNAS e CONSEAS.

II - Será considerada, na escolha de delegados, a participação dos segmentos definidos nas orientações do CNAS e CONSEAS.

III - As delegados (as) Titulares à VIII Conferência Municipal de Assistência Social terão direito à voz e voto e deverão ser eleitos nas Conferências Regionais nas Macro Regiões.

IV - As Conselheiras (os) do COMAS/SP, titulares e suplentes, são delegados (as) natos à VIII Conferência Municipal, desde que participem integralmente do processo em pelo menos uma das Conferências Regionais das Macro Regiões, com direito à voz e voto.

V - A Assessoria de Metodologia ficará responsável pelas listas dos delegados (as), observadores/as, referentes à VIII Conferência Municipal de Assistência Social, informando os seguintes dados: Regional (Macro região), nome, endereço para correspondência, telefone fixo e/ou celular, e-mail, número do documento de identificação, segmento que representa, que estarão inclusos em formulário específico, anexo ao relatório, e fornecido pela Comissão de Organização Central da VIII Conferência Municipal de Assistência Social.

Art. 17º - Dos critérios de escolha dos Delegados(as) Titulares/Suplentes e Observadores, para a VIII Conferência Municipal de Assistência Social

I - Eleger delegados e observadores da Sociedade Civil para a VIII Conferência Municipal, garantindo o critério de 1/3 (um terço) para cada um dos segmentos - Usuários, Trabalhadores e Organizações/Entidades prestadores de serviços de Assistência Social. Caso um segmento não atinja um número necessário, este poderá ser completado por representante de outros segmentos, sendo prioritariamente pelo segmento de usuários.

II - A composição dos delegados da Sociedade Civil para a VIII Conferência Municipal, será acrescida dos 18 (dezoito) Conselheiros da Sociedade Civil do COMAS/SP, os quais participarão da VIII Conferência Municipal, na condição de delegados natos em consonância com o Artigo 16.º - Inciso II.

III - Na representação da Sociedade Civil serão eleitos:

- a) Delegados(as) titulares, na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada 5 (cinco) participantes da Conferência Regional. Estes terão direito a voz e voto na VIII Conferência Municipal;
- b) Delegados(as) suplentes, na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada 10 (dez) participantes da Conferência Regional. Estes terão direito a voz na VIII Conferência Municipal;
- c) Observadores - até o máximo de 10 (dez) por Conferência Regional, entre adolescentes e adultos, os quais terão direito a voz na VIII Conferência Municipal;

IV - Na representação do Poder Público serão indicados para a VIII Conferência Municipal delegados nas Conferências Regionais em número igual à quantidade de delegados da sociedade civil. Caso uma região não atinja o número necessário, este poderá ser complementado por representantes de outra região. Só poderão ser delegados, os representantes do Poder Público que participarem integralmente da Conferência Regional.

§ 1º - Serão eleitos os candidatos que entregarem para a Comissão Regional, a ficha de credenciamento devidamente preenchida em todos os itens e obtiverem maior número de votos dos participantes, em pleito realizado em plenário.

§ 2º - Caso haja empate, proceder-se-á nova votação e ocorrendo novo empate, haverá sorteio.

§ 3º - Os delegados deverão ser apresentados pela Comissão Regional para referendo final do Plenário.

Art. 18º - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Regional em conjunto com o representante do COMAS/SP mediador da Conferência Regional.

2. Mesa de abertura dos trabalhos

2.1. Composição da Mesa de Abertura

Nessa Conferência Regional a mesa foi composta pela Sra. Ângela Marques, Coordenadora da Assistência Social da Sudeste 2; Sra. Olga Arruda, Vice Presidente do COMAS e Coordenadora de Gestão de Pessoas da SMADS; Sra. Ana Maria Capitani, Supervisora do Ipiranga- CRAS Ipiranga, Sra. Claudia Macedo Pires, representante do Jabaquara, Sra. Maria Silvia Jordão de Campos, Supervisora do CRAS V.Mariana, todas representando os Subprefeitos ausentes; Sr. Demilson Oliveira dos Santos, Coordenador da Sudeste 2 e Pastora Lilian, Projeto Para Vida-NEEMIAS.

2.2. Síntese dos pronunciamentos das autoridades

Pastora Lilian - “Desejo boas vindas a todos. Agradeço a presença de todos e todas, é uma alegria recebê-los, como anfitriã da igreja cristã e do Projeto NEEMIAS que todos possam sair daqui felizes com que vieram buscar. Desejo a todos um bom dia de trabalho e que todos sejam abençoados.”

Silva-CRAS-V.Mariana - “Boas vindas a todas e todos. Agradeço especialmente a pastora Lilian e todo pessoal da comunidade NEEMIAS. Faço também um agradecimento a Olga, Ângela Marques, nossos supervisores e todos da Sociedades Civil aqui representados. Desejo um bom dia de trabalho a todos com bons frutos para conferência Municipal. Obrigada a todos.”

Claudia Macedo Pires - “Desejo boas vindas a todos e todas. Agradeço principalmente as nossas Organizações que estão muito mobilizadas na área e bem atentas ao que está acontecendo. Desejo ainda que seja um dia bem produtivo para todos. Agradeço a presença de todos.”

Ana Maria Capitani - “Desejo um bom dia a todos e agradeço a presença de todos do Ipiranga, representados aqui pelos técnicos presentes. Desejo um bom dia de trabalho e possamos tirar bons frutos dessa reunião para avançamos na questão da Assistência.”

Olga Arruda - “Desejo um bom dia a todos. Enfatizo que é com muito prazer que participo dessa mesa, por conta deste trabalho que desenvolvemos no COMAS. Iniciamos nossas atividades de organização desta conferência em novembro de 2008, com a relevante participação dos conselheiros e muita articulação entre Governo e Sociedade Civil. Acredito que precisamos compor para crescer, e temos descoberto no COMAS esse caminho, o resultado é nossa conferência com qualidade de trabalho que se faz importante e necessária. Trago um abraço do Sr. Jair Gomes de Araujo, presidente do COMAS, que não pode estar presente hoje. Afirmando que o COMAS tem outra visão de articulação com a sociedade, onde queremos estabelecer uma via de mão dupla. Não só cobrar das organizações, mas também receber e trabalhar em conjunto, esse é nosso propósito.”

Demilson Oliveira dos Santos - “Desejo um bom dia a todos. Agradeço a presença, dado a dificuldade de deslocamento de alguns ou até mesmo a permanência. Quero registrar também a importância da presença do FAS (Fórum da Assistência Social), usuários, conferencistas, representantes do poder público, representantes do COMAS e aos participantes da mesa. Ressalto a importância do tema dessa conferência: “Controle Social”. Trago a importância dessa discussão. Devemos nos questionar sobre meios para se melhorar, ampliar, estarmos sociabilizando essas questões, para que nas próximas conferências tenhamos uma participação mais ampla. Que a Assistência Social seja para sociedade, um braço forte, que nos represente e nos defenda.”

Ângela Marques - “Desejo um bom dia a todos. Faço um agradecimento a Comissão Organizadora, aos coordenadores e funcionários dos CRAS da Região e funcionários da CAS, aos participantes da mesa e convidados, Agradeço também a Pastora Lilian pelo espaço cedido. Temos nas Conferências Regionais a representação de seu tema “Participação e Controle Social”, onde Sociedade civil e Poder Público trabalham para a concretização das Políticas Públicas. Quero deixar registrado que as Assistentes Sociais recém nomeadas de todas as secretarias participam ativamente em todas as conferências até o momento. Acho importante pontuar algumas questões que levantamos na Secretaria, entre elas o redesenho organizacional da SMADS. Com essa proposta da Secretaria e o decreto 50.365, que reorganizou a Assistência Social e a tirou do duplo comando podemos

dar outra perspectiva a política de Assistência Social. Hoje a SMADS está organizada em cinco coordenadorias que são as intermediárias, entre a área e a equipe central. Já nos primeiros dias de gestão da Secretária, a prioridade foi consolidar os CRAS. De modo a cumprir o plano de previdência pactuado com as SEADS e SIDS. Cito os dez desafios na implementação e consolidação do SUAS na cidade de São Paulo, no Estado e no Brasil. Depois de realizada a leitura, é com muita satisfação que eu abro em conjunto com o COMAS a Conferência Regional. Agradeço a todos.”

3. Sistematização do “CONFERIR 2007”

Os temas para o “Conferir 2007” foram definidos de acordo com os eixos da VII Conferência Municipal: eixo 1 – Controle Social, eixo 2 – SUAS no Município: implantação e ampliação, eixo 3 – Necessidades relativas a Recursos Humanos/Pessoal, eixo 4 – Financiamento. O objetivo para os grupos foi o de conferir o nível de implementação das propostas oriundas da VII Conferência Municipal de Assistência Social.

3.1. Eixo 1 – Controle Social

Tabela 1 – Verificação do Eixo Controle Social

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
1	Monitorar e avaliar os programas implantados, através da definição de indicadores que avaliem a qualidade, quantidade e custos dos serviços oferecidos.	SIM	CURTO PRAZO	PARCIAL INSASTISFATÓRIO	A informação não chegou ao usuário
2	Garantir a fiscalização e a transparência na aplicação dos recursos.	NÃO	CURTO PRAZO		A informação não chegou ao usuário
3	Implementar e dar publicidade ao Cadastro Único das organizações prestadoras de serviços socioassistenciais no município.	NÃO	CURTO PRAZO		A informação não chegou ao usuário; faltou definição do padrão de cadastro por parte do PP
4	Desenvolver ferramentas mais efetivas de controle e monitoramento, garantindo subsídios para a avaliação de resultados e alcance de metas.	NÃO	CURTO PRAZO		
5	Fortalecer os órgãos de fiscalização (Ministério Público, Conselhos Tutelares, Conselho dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Conselhos de Escolas, etc.) na garantia de vagas e permanência nas escolas, a crianças com deficiências.	NÃO	MÉDIO PRAZO		Faltou suporte do PP para o trabalho nos órgãos de fiscalização
6	Desenvolver e implantar um sistema de monitoramento e avaliação eficaz e eficiente.	NÃO	1		
7	Investir em pesquisas para melhor conhecimento dos territórios.	SIM	CURTO PRAZO	PARCIAL SATISFATÓRIO	A informação não chegou ao usuário
8	Criar um Comitê Gestor Tripartite em cada subprefeitura, com competências definidas por um colegiado tripartite (organizações sociais, trabalhadores e usuários).	NÃO	CURTO PRAZO		Faltou interesse político

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
9	Fortalecer e assegurar as ouvidorias públicas no município.	SIM	MÉDIO PRAZO	PARCIAL INSASTISFATÓRIO	Faltou divulgação
10	Criar o “Comitê Municipal de Monitoramento, Avaliação e Encaminhamento das Deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social”. Órgão cuja atribuição dar-se-á nas áreas de assessoria, avaliação e propositura de ações que venham a garantir o cumprimento das referidas deliberações nos termos da minuta apresentada à Plenária e que passa a fazer parte das deliberações da VII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo.	NÃO	CURTO PRAZO		Não houve interesse político de todas as partes
11	Criar formas de gestão colegiada entre usuários e trabalhadores, na gestão dos serviços no âmbito de cada subprefeitura.	NÃO	CURTO PRAZO		Desinteresse político
12	Promover encontros periódicos dos Fóruns Regionais e Municipal de Assistência Social para debates e monitoramento das propostas aprovadas nas Conferências Municipal, Estadual e Nacional de Assistência Social.	SIM	MÉDIO PRAZO	PARCIAL SATISFATÓRIO	A sociedade civil está fragmentada, não está organizada
13	Fortalecer os Fóruns Regionais e Municipal e Conselho Municipal de Assistência Social.	SIM	CURTO PRAZO	PARCIAL INSASTISFATÓRIO	A sociedade civil está fragmentada, não está organizada
14	Viabilizar o controle social através de comissão intersetorial de Subprefeituras para monitorar a gestão dos recursos.	NÃO	CURTO PRAZO		Desinteresse do PP

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
15	Planejar e divulgar as conferências com maior tempo hábil e antecedência, enviando materiais e informações facilitando o entendimento e a participação.	NÃO	CURTO PRAZO		Demora na convocação da Conferência pelo CNAS
16	Ampliar, promover e capacitar a participação popular na formulação das políticas de assistência social e no controle social, por meio de fóruns regionais e municipal de assistência social.	NÃO	CURTO PRAZO		Faltou mobilização da SC e do Governo
17	Garantir que o monitoramento da destinação das bolsas de estudos seja feito pelo COMAS, e que este seja disponibilizado ao Conselho Gestor local da Subprefeitura à qual pertence a concedente; que o COMAS reveja os critérios para a inscrição das entidades de educação.	SIM			
18	Promover a participação popular na formulação e no controle social de Políticas de Assistência Social.	NÃO	CURTO PRAZO		Não há cultura de participação da sociedade civile a informação não chega às periferias

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
19	Que o COMAS e a SMADS se integrem para a formação de um grupo intersecretarial e, em conjunto com os demais Conselhos, busquem viabilizar uma Política integrada intersecretarial para a metrópole e para a megalópole	NÃO	CURTO PRAZO		Desinteresse do PP
20	Propor que os membros desta Conferência assumam o compromisso de viabilizar a implementação de grupo de trabalho para garantir o Financiamento da Assistência Social junto à comissão de orçamento da Câmara Municipal, através do Fórum de Assistência Social e do COMAS, e de um movimento coletivo de mobilização social para que o orçamento preveja as reais necessidades da Assistência Social.	SIM	CURTO PRAZO	PARCIAL INSASTISFATÓRIO	Faltou articulação
21	Garantir mecanismos legais para a utilização de recursos públicos na locomoção, alimentação, hospedagem e participação digna de delegados e conselheiros eleitos pela sociedade civil e poder público quando houver plenárias, fóruns, seminários e conferências no âmbito das três esferas de governo.	NÃO	CURTO PRAZO		desinteresse do PP e mobilização da SC

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
22	Garantir que os recursos orçamentários consignados na Função Programática “08-Assistência Social”, integrem o SUAS e sejam submetidos ao comando único conforme a LOAS e SUAS normas e regulamentações.	SIM			
RELATÓRIO FINAL					
<ul style="list-style-type: none"> • Com relação ao Controle Social, o grupo avaliou que a maioria das propostas que não foram efetivadas, se deve ao fato do Poder Público não divulgar as informações para a Sociedade Civil; • Os usuários e a sociedade civil organizada não tem conhecimento/acesso à dados sobre o montantes de recursos para a AS e como é feito o controle orçamentário; • Muitas propostas não foram efetivadas por falta de interesse político 					

3.2. Eixo 2 – Implantação e Ampliação do SUAS no Município

Tabela 2 – Verificação do Eixo Implantação e ampliação do SUAS no município

META	PROPOSTAS	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
1	Implantar, ampliar e/ou melhorar a estrutura física e de recursos humanos e descentralizar os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) nos distritos, considerando todos os segmentos das áreas de vulnerabilidade social.	PARCIAL	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	Contração insuficiente de profissionais; Subordinação à subprefeitura (reorganização em CAS); pouco tempo de efetivação do SUAS.
2	Fortalecer o CRAS como articulador e mobilizador da rede socioassistencial; estabelecer planejamento conjunto e criar estratégias de integração das Secretarias Municipais e intersetorial, de modo a oferecer retaguarda para a população usuária da assistência social.	PARCIAL	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	
3	Dar continuidade e ampliar os serviços do PROASF e PAIF (Programa de Atenção integral à Família) nos âmbitos federal, estadual e municipal.	PLENAMENTE EFETIVADO			
4	Fomentar e ampliar os serviços voltados à família em situação de risco social que promovam prevenção contra a violência, abuso, exploração sexual e tráfico de seres humanos, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, contribuindo para a efetivação do Plano Nacional de Garantia a Convivência Familiar e Comunitária.	PARCIAL	MÉDIO PRAZO	INSATISFATÓRIO	Foram criados alguns equipamentos, porém pouco divulgados pela complexidade dos serviços; insuficientes para a demanda.

META	PROPOSTAS	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
5	Realizar trabalho com as famílias em situação de vulnerabilidade social, com possibilidade de incluí-las nos Programas Sociais e Programas de Geração de Renda.	PARCIAL	MÉDIO PRAZO	INSATISFATÓRIO	
6	Rever os critérios para a inclusão das famílias vulneráveis no Programa Renda Mínima.	NÃO EFETIVADO	CURTO PRAZO		
7	Ampliar os serviços voltados à criança e ao adolescente, garantindo a não interrupção dos serviços continuados quando houver mudança de gestão, assegurando os recursos necessários, ampliando as vagas e novos serviços e projetos como NSE I e II, NSE III e IV- profissionalizante, PETI e Agente Jovem, incluindo ações preventivas à violência, considerando os índices de vulnerabilidade social, incluindo conteúdos de cidadania e ética.	PARCIAL	MÉDIO PRAZO	INSATISFATÓRIO	Em algumas regiões da cidade o serviço foi ampliado, mas em outras regiões de maior vulnerabilidade, não houve avanço
8	Conceder Bolsa Auxílio para jovens que esteja freqüentando os NSEs III e IV e prever para os usuários do I e II.	NÃO EFETIVADO	LONGO PRAZO		
9	Ampliar os serviços voltados a famílias, mulheres, idosos, crianças e adolescentes em situação de risco.	PARCIAL	MÉDIO PRAZO	INSATISFATÓRIO	
10	Implantar e/ou ampliar Núcleos de Convivência que atendam a todos os segmentos	NÃO EFETIVADO	LONGO PRAZO		

META	PROPOSTAS	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
11	Garantir, como política pública, o atendimento domiciliar para o idoso ou assistência à família (Programa Cuidador de Idosos).	NÃO EFETIVADO	CURTO PRAZO		
12	Garantir o acesso dos Idosos a programas de capacitação, requalificação e recolocação profissional.	NÃO EFETIVADO	LONGO PRAZO		Envolvimento de diversos setores e outras políticas
13	Rever critérios de inclusão e ampliação dos programas sociais de transferência de renda e implementar formas de controle.	NÃO EFETIVADO	CURTO PRAZO		Envolvimento de outras esferas de governo
14	Implantar unidades de serviço de proteção social básica ou especial a crianças e adolescentes, idosos, mulheres e mães adolescentes e pessoas com deficiência, tendo por referência as necessidades e políticas específicas desses segmentos, de acordo com o diagnóstico elaborado junto com o FAS.	NÃO EFETIVADO	LONGO PRAZO		Envolvimento de diversos setores e outras políticas; falta melhor estrutura para os profissionais
15	Promover e fortalecer o trabalho articulado e integrado, estabelecendo e/ou consolidando as redes sociais locais, promovendo o atendimento integral e capacitando os agentes sociais.	PARCIAL	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	
16	Implantar e implementar programas, projetos, benefícios e ações voltados à Segurança Alimentar e Nutricional em consonância com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, lei 11.346 de 15/09/06)	NÃO EFETIVADO	LONGO PRAZO		Envolve outros setores e outras políticas

META	PROPOSTAS	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
17	Ampliar os serviços da rede de proteção especial, fortalecendo, ampliando e revitalizando programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários	PARCIAL	MÉDIO PRAZO	INSATISFATÓRIO	Dificuldades de atender toda a demanda
18	Garantir a continuidade (com todos os núcleos: jurídico, social, psicológico e educacional), ampliar e regionalizar o serviço de proteção jurídico-social e apoio psicológico para crianças, adolescentes, jovens, e suas famílias em situação vulnerabilidade social.	PARCIAL	MÉDIO PRAZO	INSATISFATÓRIO	Oferta de serviços ainda menor que a demanda
19	Fortalecer, ampliar e consolidar os projetos e os serviços socioeducativos com os catadores e população em situação de rua em toda a cidade de São Paulo, garantindo a continuidade dos projetos já existentes.	PARCIAL	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	Garantia apenas da continuidade dos projetos
20	Fortalecer e ampliar projetos de geração de renda, para população em situação de rua, com estabelecimento de parcerias entre empresas públicas e privadas / cooperativas de geração de renda.	NÃO EFETIVADO	CURTO PRAZO		Grande demanda da população de rua; dificuldade de trabalhar o conceito de cooperativismo
21	Criar espaços regionais para venda de trabalhos produzidos por todos os segmentos da Assistência Social (Loja Social / Feira).	NÃO EFETIVADO	LONGO PRAZO		Houve apenas utilização de espaços cedidos por outras instituições

META	PROPOSTAS	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
22	Assegurar que albergues, centros de convivência e demais serviços voltados à população em situação de rua desenvolvam ações destinadas à inserção no trabalho e/ou geração de renda.	PARCIAL	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	
23	Ampliar e implementar programas para a erradicar a exploração sexual infanto-juvenil.	NÃO EFETIVADO	CURTO PRAZO		
24	Garantir a inclusão de jovens em medidas socioeducativas em meio aberto na rede socioassistencial.	PARCIAL	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	
25	Assegurar atendimento contínuo à população moradora de rua, principalmente a pessoas que fazem tratamento médico ambulatorial.	NÃO EFETIVADO	CURTO PRAZO		
26	Ampliar e implantar serviços na rede de proteção social especial para atendimento a pessoas com deficiência, garantindo-lhes serviços de abrigo, convivência, desenvolvimento de habilidades e atendimento socioassistencial, de forma a incluí-los socialmente de maneira integrada.	PARCIAL	MÉDIO PRAZO	INSATISFATÓRIO	
27	Ampliar Casa Abrigo e criar casas Passagem para mulheres vítimas de violência, com garantia de atendimento social, físico, psicológico, guarda, segurança e atendimento para filhos.	PARCIAL	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	

META	PROPOSTAS	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
28	Assegurar que as famílias das crianças e adolescentes institucionalizados e/ou abrigados sejam inseridas em programas socioassistenciais de transferência de renda.	PARCIAL	LONGO PRAZO	INSATISFATÓRIO	
29	Ampliar abrigos para crianças e adolescentes com a inclusão de quadro de funcionários especialista em atendimento a pessoas com deficiência.	NÃO EFETIVADO	MÉDIO PRAZO		Ações intersetoriais
30	Implantar Casa de Passagem e/ou Moradia Provisória para população adulta nos locais em que haja demanda.	PARCIAL	LONGO PRAZO	INSATISFATÓRIO	Grande demanda no centro da cidade; casa de passagem atende somente população adulta
31	Implantar repúblicas para todos os segmentos que dela necessitem.	PARCIAL	LONGO PRAZO	INSATISFATÓRIO	
32	Ampliar albergues, com núcleo de serviço (dia) e atendimento à família.	NÃO EFETIVADO	CURTO PRAZO		
33	Garantir acesso e atendimento à população em situação de rua no território de sua escolha.	NÃO EFETIVADO	LONGO PRAZO		
34	Assegurar acesso a hospedagem e/ou aluguel a pessoas moradoras em áreas de risco e situação emergencial (incêndio, enchentes e desabamentos).	NÃO EFETIVADO	LONGO PRAZO		Ação intersetorial e de maior responsabilidade da política de habitação
35	Assegurar acesso a programas habitacionais (aluguel social e locação social) para pessoas em situação de rua atendidas na rede de proteção social especial.	NÃO EFETIVADO	LONGO PRAZO		Não compete exclusivamente à assistência, mas também à política de habitação

META	PROPOSTAS	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
36	Assegurar que os Poderes Executivo e Legislativo Municipal legitimem e reconheçam a Política de Assistência Social na elaboração do PPA, da LDO e da LOA.	PLENAMENTE EFETIVADO	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	
37	Revisar e atualizar cartilhas sobre o SUAS com a finalidade de expor os direitos e serviços aos usuários, seu funcionamento, como e onde reivindicar o acesso aos mesmos, e ainda divulgar os endereços dos CRAS. A elaboração da cartilha ficará a cargo da SMADS e COMAS, com ampla divulgação à sociedade civil.	NÃO EFETIVADO	CURTO PRAZO		
38	Flexibilizar a Política da Assistência Social para adaptação à realidade de cada município.				
39	Proporcionar uma política inclusiva e não disciplinadora aos usuários dos serviços da rede de assistência social.				
40	Indicar à SPTrans a obrigatoriedade de executar a Lei nº 5296, dando maior efetividade ao transporte de pessoas idosas e/ou com deficiência, através da ampliação e qualificação da sua metodologia de trabalho, propiciando locomoção a um maior número de usuários e seus acompanhantes.				

META	PROPOSTAS	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
41	Garantir que a SEHAB atenda de forma imediata as famílias que moram em áreas de risco, favelas e ocupações, em programas habitacionais, incluindo trabalho sócio-educativo sistemático.				
42	Propor à Secretaria Municipal da Saúde, em caráter de emergência, a implantação de CAPS (Centro de Apoio Psicossocial) em todos os distritos, e a ampliação do PSF - Programa de Saúde da Família, especialmente em áreas descobertas de atenção básica.				
43	Indicar à Secretaria Municipal de Educação a necessidade de ampliar o programa de capacitação de profissionais para atendimento a pessoa com deficiência na rede pública de ensino.				
44	Otimizar programas voltados para a faixa etária de 4 a 5 anos (NSE).				
45	Ampliar o número de Telecentros.				
46	Ampliar o transporte escolar (vai e volta).				
47	Articular uma política em rede e intersecretarial no atendimento a mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência, no que diz respeito ao acolhimento e humanização dos serviços, principalmente com a Secretaria de Segurança (Delegacia de Mulheres, IML) e Secretaria da Saúde (hospitais de atendimento à violência doméstica e sexual).				

META	PROPOSTAS	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
48	Indicar às três esferas de governo que a Política Habitacional deve contemplar a implantação de moradias populares para Idosos.				
49	Implantar Centro de Cultura e de Referências Étnicas.				
50	Ampliar e fortalecer programas específicos para pessoas etilistas e dependentes químicos com dificuldade de convívio social.				
51	Garantir a integração entre as políticas sociais do município de São Paulo - intersectorialidade (habitação, saúde, educação, trabalho e outros).				
52	Garantir que famílias ocupantes das áreas de mananciais sejam incluídas em projetos habitacionais de forma digna, assegurando acesso à rede de proteção social.				
RELATÓRIO FINAL					
Não foi elaborado o relatório final pelo grupo.					

3.3. Eixo 3 – Necessidades relativas a Recursos Humanos / Pessoal

Tabela 3 – Verificação do Eixo Necessidades Relativas a Recursos Humanos / Pessoal

META	PROPOSTAS	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
1	Criar uma coordenadoria específica de assistência social para cada subprefeitura.	NÃO	CURTO PRAZO	PINSATISFA-TÓRIO	Não há proporcionalidade de profissionais e falta de concurso público
2	Criar quadro de pessoal compatível com a implantação do SUAS no município, abrindo concurso público, conforme NOB/RH, com plano de carreira.	NÃO	CURTO PRAZO	PINSATISFA-TÓRIO	Corte no orçamento
3	Que a gestão municipal crie um grupo de trabalho composto por sindicatos profissional e patronal, entidades sociais e usuários, para padronização da nomenclatura dos cargos dos profissionais da área de assistência social e para definição de padrão mínimo dos recursos humanos.	NÃO	CURTO PRAZO	PINSATISFA-TÓRIO	Corte no orçamento
4	Formar equipe multidisciplinar para atendimento de trabalhadores e usuários.	NÃO	CURTO PRAZO	INSATISFA-TÓRIO	A Portaria não tramitou
5	Ampliar o número de educadores que trabalham com adolescentes.	NÃO	CURTO PRAZO	INSATISFA-TÓRIO	Corte no orçamento
6	Diminuir o número de adolescentes por educador, na proporção de um educador para cada vinte adolescentes.	SIM			
7	Ampliar número de profissionais para trabalho com idosos.	NÃO	CURTO PRAZO	INSATISFA-TÓRIO	Insuficiente quantidade de RH e baixo orçamento
8	Redimensionar o quadro de profissionais para atendimento nos NSEs, adequando-os à proporção educadores x usuários.	NÃO	CURTO PRAZO	INSATISFA-TÓRIO	Não há proporcionalidade de profissionais e falta de concurso público

META	PROPOSTAS	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
9	Prever no orçamento da Assistência Social, a qualificação permanente dos trabalhadores sociais, na SMADS, SAS, CRAS, programas e serviços conveniados.	NÃO	CURTO PRAZO	INSATISFA-TÓRIO	Corte no orçamento
10	Estruturar e capacitar educadores dos Núcleos Socioeducativos (NSEs) e das Organizações que trabalham com pessoas com deficiência.	NÃO	CURTO PRAZO	INSATISFA-TÓRIO	Corte no orçamento
RELATÓRIO FINAL					
<ul style="list-style-type: none"> • O grupo não entendeu parte das propostas, considerando-as mal redigidas, pois geravam dúvidas ou duplicidade de entendimento. • Propostas que ficam abertas demais (atendimento a partir de Programa ou por conta de intervenções); quando se avalia "idoso" é referente a serviço público ou entidades conveniadas (5 e 6 tratavam da mesma questão; 3 e 4); • Houve uma boa discussão sobre o quadro de RH proposto NOB/RH e a que existe na SMADS, ficando evidente que ainda não há adequação ao que propõe a NOB/RH. • A grande dificuldade nas propostas de RH está relacionada ao corte de orçamento e à falta de RH para o desenvolvimento dos serviços • O grupo recomenda que nas proposições os conferencistas redijam propostas mais específicas 					

3.4. Eixo 4 – Financiamento

Tabela 4 – Financiamento

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
1	Ampliar em no mínimo 20% ao ano o orçamento da Assistência Social, possibilitando a expansão dos serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial, principalmente ampliando o número de CRAS e implementando um CREAS por Subprefeitura.	SIM	CURTO	INSATISFATÓRIO	Falta de comprometimento por parte do poder público
2	Destinar recursos orçamentários da FMAS com base em diagnóstico construído conjuntamente com a sociedade civil.	NÃO	CURTO	PARCIALMENTE	Recursos financeiros insuficientes para a demanda existente / Falta comprometimento do poder público / Dificuldade de encontrar parceiros que atuem em área de alta vulnerabilidade
3	Ampliar e qualificar os recursos destinados às SAS e aos CRAS para atendimento direto.	NÃO	CURTO	INSATISFATÓRIO	Falta de comprometimento por parte do poder público
4	Levar em conta os seguintes indicadores para a partilha de recursos: território com maior índice de vulnerabilidade social, famílias em risco (essencialmente com responsáveis pela família), população em situação de rua, população idosa e pessoas com deficiência.	SIM	CURTO	PLENAMENTE	
5	Ter uma base de custeio de acordo com o serviço e a capacidade de atendimento.	SIM	CURTO	PLENAMENTE	Não houve subsídio para construir tal proposta
6	Construir proposta orçamentária em conjunto com o FAS, garantindo transparência na destinação do FMAS.	NÃO	CURTO	INSATISFATÓRIO	

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
7	Assegurar que os recursos financeiros do orçamento da União em 2006 sejam transferidos do FNAS para o FMAS, com base nos critérios de partilha definidos na NOB/SUAS Plano 10, garantindo recursos financeiros também para serviços de proteção especial no Município de São Paulo.	SIM	CURTO	INSATISFATÓRIO	
8	Propor a dotação de 5% do orçamento federal, estadual e municipal para os respectivos fundos de Assistência Social, aos outros programas de transferência de renda, sem vinculação com a verba destinada ao BPC (Benefício de Prestação Continuada).	SIM	CURTO	INSATISFATÓRIO	
9	Ampliar os programas de transferência de renda e os valores dos benefícios com gestão compartilhada com a sociedade civil.	SIM	CURTO	PARCIALMENTE	
10	Incluir no PPA, LDO e LOA para 2008 nas três esferas de governo, recursos orçamentários para reajuste de custeio da rede socioassistencial conveniada, e no PPA a ser elaborado em 2009, para regulamentar este reajuste anual.		CURTO		
11	Financiar um estudo dos Custos de cada serviço para garantir o respeito aos princípios do NOB/ SUAS.	NÃO	CURTO		

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
12	Priorizar as emendas parlamentares de comissão e bancada, tendo em vista a deliberação da III Conferência Nacional de Assistência Social, da V Conferência do Município de São Paulo e Deliberação s/nº da plenária do COMAS de 30/06/2005, para que os projetos de emendas parlamentares sejam destinados aos Fundos Municipais de Assistência Social, Estadual e do Distrito Federal para os programas e serviços aprovados pelos Conselhos nos Planos Municipais de Assistência Social.		CURTO		
13	Garantir ao COMAS conhecimento e controle da destinação da aplicação dos recursos oriundos de emendas parlamentares da bancada paulistana, no Congresso Nacional.	SIM	CURTO	SATISFATÓRIO	
14	Elaborar lei municipal para criação do passe livre, para que crianças, adultos e adolescentes em situação de vulnerabilidade social tenham acesso a atividades de Esporte/Lazer, Cultura, Educação, Saúde, Profissionalização, Trabalho e Assistência Social, sem ônus aos usuários.	SIM	CURTO	PARCIALMENTE	

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
15	Promover parcerias com comércio, empresas nacionais e internacionais dentro de programas de Responsabilidade Social, com garantia da primazia do Estado no financiamento dos programas, projetos e ações de Assistência Social.	SIM	CURTO	INSATISFATÓRIO	
16	Sensibilizar o Poder Legislativo para a instituição de legislação específica visando a renúncia fiscal à doação de recursos de pessoa jurídica ou física ao Fundo Municipal de Assistência Social, que não poderão ser aplicados em programas, projetos, serviços e benefícios destinados a crianças e adolescentes	NÃO	CURTO	INSATISFATÓRIO	
17	Reduzir em 50 % as tarifas públicas devidas por ONGs que realizam o trabalho de assistência social (nas três esferas de governo).	SIM	CURTO	PARCIALMENTE	
18	Elaborar revisão da Lei de Parcerias, sob a luz da NOB/SUAS/2005.	NÃO	CURTO	INSATISFATÓRIO	
19	Prever reajuste de verba dos serviços conveniados a fim de garantir o repasse do dissídio anual.	NÃO	CURTO	INSATISFATÓRIO	
20	Desburocratizar regras para o estabelecimento de parcerias com o poder público.	NÃO	CURTO	INSATISFATÓRIO	
21	Destinar recursos para melhoria e adequação dos espaços físicos onde os serviços são desenvolvidos, reestruturando-os para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência.	SIM	CURTO	PARCIALMENTE	

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
22	Agilizar o processo de inscrição no Conselho Nacional de Assistência Social.	NÃO	CURTO		
23	Incluir profissionais de assistência social nas organizações sociais.	NÃO	CURTO		
24	Incluir coordenador pedagógico, psicólogo, assistente social e auxiliar administrativo no quadro de pessoal das entidades, com serviços conveniados, que atendem crianças, adolescentes e jovens.	SIM		SATISFATÓRIO	
25	Incorporar a 13ª parcela complementar aos convênios.	NÃO	CURTO	INSATISFATÓRIO	
26	Possibilitar a existência de repasse de recursos às organizações conveniadas para despesa de investimento, como por exemplo, reforma, ampliação e compra de material permanente.	NÃO	CURTO	INSATISFATÓRIO	
27	Definir padrões para os serviços ainda não normatizados pela SMADS.	SIM	CURTO	PLENAMENTE	
28	Incluir nos termos de convênios a exigência de que usuários e conselhos gestores acompanhem e avaliem a utilização de recursos, bem como a execução do convênio.	SIM	CURTO	PARCIALMENTE	
29	Reajustar recursos de convênios de acordo com as necessidades (acompanhando RH e outras despesas).	NÃO	CURTO	INSATISFATÓRIO	

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
30	Garantir repasse de verba dos convênios com agilidade para assegurar a continuidade dos trabalhos, independente da mudança de governo, em nível municipal.	NÃO	CURTO		
31	Simplificar processos de prestação de contas dos convênios nos âmbitos municipal e estadual.	NÃO	CURTO		
32	Alocar nos orçamentos Federal, Estadual e Municipal os reajustes de convênios e financiamentos dos Serviços de Assistência Social, e que estes reajustes sejam anuais.	SIM	CURTO	INSATISFATÓRIO	
RELATÓRIO FINAL					
Não foi elaborado relatório final pelo grupo.					

4. Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”

A palestra¹ “Participação e o Controle Social no SUAS” foi realizada por Renato Luz que abordou os seguintes tópicos: conceito de controle social; controle social no SUAS; desafios para o controle social na cidade de São Paulo; condições necessárias para o fortalecimento do controle; responsabilidades dos atores envolvidos; competência ética; financiamento para realização de direitos; condições para as competências técnicas e exigências para a gestão democrática

5. Sistematização do PROPOR 2009

Para a sistematização dos resultados das discussões dos temas do “Propor 2009”, as relatorias dispõem do material de apoio com os seguintes itens: efetivação das propostas; grau de prioridade para as propostas não efetivadas; grau de avanço das propostas efetivadas; dificuldades/entraves para a não efetivação de propostas; relatório final.

Os temas para o “Propor 2009” foram definidos de acordo com o agrupamento de sub-temas proposto pelo CNAS para as Conferências de Assistência Social de 2009: grupo 1 – Processo Histórico da Participação Popular no País, Trajetória e Significado do controle Social na Política de Assistência Social e Conselhos de Assistência Social e o SUAS, grupo 2 – Os Usuários e seu Lugar Político no SUAS e os Trabalhadores do SUAS em Relação ao Protagonismo dos Usuários, grupo 3 – Democratização e Gestão do SUAS e Entidades de Assistência Social e o Vínculo SUAS; grupo 4 – Bases para a Garantia do Financiamento da Assistência Social. Além disso, para cada grupo haveria um tema em comum: participação do usuário nos Conselhos e Conferências.

¹ O conteúdo da palestra está no Anexo 2.

5.1. Subtemas: participação popular, controle social e conselhos

Processo Histórico da Participação Popular no País,
Trajetória e Significado do Controle Social na Política de Assistência Social e
Conselhos de Assistência Social e o SUAS

Tabela 5 - Deliberações sobre participação popular, controle social e conselhos

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
Constituição Federal de 88; Movimentos sociais Instituição de Conselhos; Luta por creche e moradia; ECA SUS e SUAS	Falta de informação sobre direitos; A sociedade civil ser indicada pelo poder público; A cidade de São Paulo ter sido um dos últimos municípios a instituir conselho de AS (COMAS) Pouca divulgação das eleições do Conselho Entendimento do papel do COMAS pelos usuários; ONGs não divulgam o papel do CRAS Trabalhadores e usuários da Assistência Social não tem clareza do papel da AS como direito;	<ol style="list-style-type: none"> 1. Que o papel do Conselho esteja evidente para todos (usuários, técnicos, conselheiros, ONGs); 2. Divulgação das eleições (COMAS, CTs);

5.2. Subtemas: usuários e trabalhadores do SUAS

Os Usuários e seu Lugar Político no SUAS e os
Trabalhadores do SUAS em Relação ao Protagonismo dos Usuários

Tabela 6 - Deliberações sobre situação dos usuários e trabalhadores com relação ao SUAS

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
Assistência social entendida como direito de todos e não como favor	Usuários da AS são excluídos de outras políticas; Discriminação dos usuários da as tanto pela sociedade quanto pelo poder público; Indefinição sobre o papel e a responsabilidades de cada secretaria no que se refere à AS; Ausência dos usuários nos fóruns de debate; Não é apenas AS que tem caráter tutelador, mas outras instituições também (educação); Pouco conhecimento sobre os direitos sociais; Centralização das informações sobre os serviços da rede sócio-assistencial;	<ol style="list-style-type: none">1. Criar comissões locais em cada serviço, compostas por usuários e moradores do entorno;2. Implantar o orçamento participativo na assistência social;3. Criar um sistema de participação e controle social partindo da base da sociedade civil para o governo;4. Disponibilizar informações intersetoriais e intersecretariais para fortalecer os CRAS e os CREAS e a atuação dos trabalhadores e usuários;5. Criação e manutenção de fóruns regionais permanentes de formação para trabalhadores sociais, usuários e conselheiros;6. <u>Liberar o trabalhador social para participar de atividades de capacitação;</u>7. Definir um percentual de utilização do fundo nacional de assistência social com rubrica própria para despesas com recursos humanos da administração pública;8. Implantação de 100% do quadro de recursos humanos previsto na NOB-RH e demais unidades necessárias para a consolidação do suas;9. 100% de criação da tabela de lotação de pessoal de todas as unidades da SMADS;

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
		<ol style="list-style-type: none"> 10. Dar continuidade à chamada dos concursados especialistas de assistência e desenvolvimento social (assistente social e assistentes de gestão pública, AGPP) que fazem parte do quadro de recursos humanos apontado na NOB-RH; 11. Promover concurso público de outras categorias profissionais importantes para o suas: psicólogos, pedagogos, sociólogos, contadores e demais profissionais; 12. Promover 100% de condições de infra-estrutura necessária para o bom desenvolvimento dos trabalhos; 13. Contemplar nos salários de 100% dos trabalhadores sociais da SMADS, o adicional de insalubridade, considerando que cotidianamente, trabalhamos com situações e ambientes de risco; 14. Promover capacitação permanente para 100% dos trabalhadores sociais; 15. Possibilitar acesso a todos os servidores públicos da SMADS a cursos de especialização de pós-graduação; 16. Valorizar os servidores públicos admitidos da SMADS; 17. Mudança do projeto de lei salarial.

5.3. Subtemas: Gestão do SUAS e Entidades

Democratização da Gestão do SUAS e
Entidades de Assistência Social e o Vínculo SUAS

Tabela 7 - Deliberações sobre situação o SUAS

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
<p>Várias gestões do COMAS</p> <p>Municipalização dos serviços de assistência</p> <p>Conquista da gestão plena segundo o SUAS;</p> <p>Descentralização da gestão de benefícios no município;</p> <p>Estudo para implantação de CRAS em novas áreas de vulnerabilidade;</p>	<p>A Assistência Social ainda é vista como benemerência, favor.</p> <p>As pessoas ainda não conseguem acessar (chegar) o serviço da AS.</p> <p>Dificuldades das entidades que atuam na AS de dialogarem e se conhecerem. Às vezes a relação do CRAS/entidade sob forma de supervisão</p> <p>As entidades que atuam na AS não se articulam ou pouco se articulam em rede</p> <p>Os usuários da AS não conhecem os seus direitos</p> <p>Descrédito das ações do Poder Público</p> <p>Alta demanda da Proteção Básica sem a devida contrapartida de estrutura</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fazer com que todos nós entendamos a AS como política de direito. 2. Poder Executivo avançar na implementação da rede de serviços da Proteção Básica; 3. Poder Executivo intensificar a articulação intersecretarial (saúde, educação, trabalho, habitação e demais políticas públicas) nos territórios a fim de garantir a Proteção Básica e Especial. 4. CRAS e Rede socioassistencial publicizar os direitos que os usuários tem na AS

5.4. Subtema: financiamento

Bases para a Garantia do Financiamento da Assistência Social.

Tabela 8 - Deliberações sobre o financiamento

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
		<p>1. Ampliar e adequar o financiamento a partir do diagnóstico do território conforme as necessidades <u>Responsabilidade: SMADS</u></p> <p>2. Interferir na reforma tributária no país - o atual projeto de lei retira o orçamento previsto de determinados impostos que subsidiam as políticas de assistência social, saúde e previdência <u>Responsabilidade: COMAS e CÂMARA DOS DEPUTADOS</u></p> <p>3. Garantir recursos de financiamento para uma política preventiva - ênfase na Proteção Social Básica <u>Responsabilidade: SMADS</u></p> <p>4. Criar sistema de financiamento que estabeleça regras claras de repasse de recursos do poder público para instituições e publicização da relação de entidades que não cumprem as exigências dos convênios - transparência. <u>Responsabilidade: SMADS</u></p> <p>5. Garantir previsão orçamentária no Plano <u>Plurianual para ampliação do quadro da AS para cumprir as normativas da NOB/RH</u> objetivando a efetivação de novos profissionais <u>Responsabilidade: PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL</u></p>

5.5. Participação do usuário nos Conselhos e Conferências

Tabela 9 – Propostas sobre a participação dos usuários nos Conselhos e Conferências

Grupos temáticos	Entraves / Dificuldades encontradas pelo usuário para participação nos Conselhos e Conferências	Propostas para superação das dificuldades
1	<p>Dificuldades financeiras e de horário para participação nos Conselhos;</p> <p>Simplificação de texto e de siglas para facilitar a participação do usuário</p> <p>Pouca mobilização e participação dos usuários;</p>	<p>Poder Público, Sociedade Civil e COMAS:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Trabalhar com os candidatos a conselheiros a questão da representatividade e participação nos conselhos; 2. Divulgar junto aos usuários e organizações a importância do papel da SC na garantia de direitos; <p>desburocratizar e criar elementos facilitadores à participação dos usuários nos Conselhos, garantindo o transporte, textos mais simples, alimentação e horários compatíveis com o trabalho do usuário;</p>
2	<p>Falta de subsídios financeiros (transporte, alimentação)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Que sejam implantados, a partir de dotação orçamentária própria, que o COMAS subsidie transporte e alimentação para os conselheiros da sociedade civil, especialmente usuários
3	<p>Usuários não têm consciência sobre direitos;</p> <p>Os locais de atividade são de difícil acesso;</p> <p>Não dá pra fazer atividades no horário de trabalho dos usuários, que é em geral das 8h às 18h;</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar rede de usuários para disseminar seus direitos 2. Avaliar as ações e serviços em conjunto com o Trabalhador/ usuário 3. Alinhar as necessidades dos usuários com as propostas de ações da rede socioassistencial
4	<p>Alimentação</p> <p>Transporte</p> <p>Divulgação</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Divulgar em metrô, comunidades, associações 2. Garantir transporte gratuito e alimentação para as conferências, principalmente para os usuários que estão em regiões mais afastadas

6. Moções referendadas na Conferência Regional

Moção de repúdio à aprovação da PEC 351/09 - PEC dos Precatórios

Propositor	-----
Destinatário	-----
<p>Nós, participantes da Conferência Regional de Assistência Social - SUDESTE 2, acreditamos que a Constituição de 1988 foi sábia ao determinar a preservação do Estado Democrático de Direito, criando um Poder Judiciário mais independente, vigilante e forte.</p> <p>Por defender essa instância democrática, manifestamos nosso descontentamento à aprovação da PEC 12, hoje denominada PEC 351/09, que significa o total desrespeito ao pagamento de dívidas oriundas de sentença judicial, transitadas e julgadas no Poder Judiciário. Neste momento, em que tal projeto tramita na Câmara, esperamos que a mesma seja rebatida, analisada e repensada com a OAB-Brasil, Sindicatos, representantes de classe, no sentido de busca de um consenso em que cidadãos não sejam lesados de seus direitos.</p>	
<u>Observações</u>	
Moção assinada por 32 pessoas, que informaram nome completo e RG, e referendada pelo Plenário.	

Moção de apoio à aprovação de Gratificação de Desempenho de Atividades - GDA

Propositor	-----
Destinatário	-----
<p>Nós, participantes da Conferência Regional de Assistência Social - Sudeste 2, apoiamos a luta dos trabalhadores da administração pública na solicitação de Gratificação de Desempenho de Atividades - GDA à todos os profissionais ativos e inativos, de nível superior, que atuam na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS da cidade de São Paulo.</p> <p>Essa gratificação faz jus a estes profissionais que construíram ao longo do tempo a história desta Secretaria, bem como hoje, tem a responsabilidade de implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no município de São Paulo.</p>	
<u>Observações</u>	
Moção assinada por 27 pessoas, que informaram nome completo e RG, e referendada pelo Plenário.	

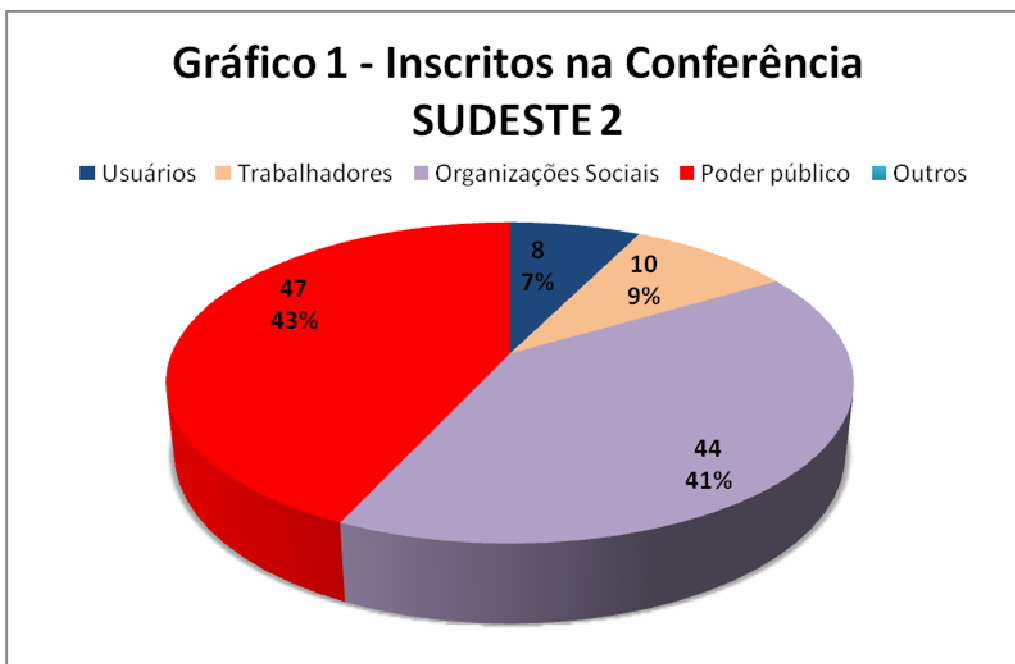
7. Escolha da delegação da Sociedade Civil para a Conferência Municipal

O último trabalho da Conferência foi a escolha da delegação para a VIII Conferência Municipal, respeitando as regras aprovadas no regimento, considerando a proporção de uma vaga para delegado titular para cada 5 (cinco) participantes representantes da sociedade civil inscritos na Conferência Regional, e a proporção de 1 (uma) vaga para delegado suplente para cada 10 (dez) inscritos, sendo o total de vagas dividido igualmente para os 3 (três) segmentos - usuários do SUAS, trabalhadores e entidade/organizações sociais.

Na plenária final foram escolhidos 05 (cinco) delegados titulares, sendo 1 (um) representantes dos usuários do SUAS, 2 (dois) representantes dos trabalhadores e 2 (dois) representantes de organizações sociais. Não foram escolhidos delegados suplentes para nenhuma categoria, nem observadores. Para a Conferência Estadual, foram escolhidos 14 (quatorze) delegados. No total foram recolhidas 32 (trinta e duas) fichas de avaliação da Conferência.

7.1. Participantes inscritos

Foram inscritas no total 109 (cento e nove) pessoas, sendo elas 08 (oito) usuários do SUAS, 10 (dez) trabalhadores da rede sócio-assistencial, 44 (quarenta e quatro) de organizações sociais e 47 (quarenta e sete) representantes do poder público.



7.2. Delegados à VIII Conferência Municipal

Segmento: Usuários

1. Marcio Miranda

Segmento: Trabalhadores

1. Demilson Oliveira dos Santos
2. Maria Cristina Nunes da Silva

Segmento: Organizações Sociais

1. Plínio Lopes Meireles
2. Edson G. P. O. Silva

7.3. Suplentes à VIII Conferência Municipal

Segmento: Usuários

Não houve representação.

Segmento: Trabalhadores

Não houve representação.

Segmento: Organizações Sociais

Não houve representação.

7.4. Observadores à VIII Conferência Municipal

- 1. Sonia A. D. Loureiro**
- 2. Natália Cunha Batista**
- 3. Lucia Helena Madeira**
- 4. Érika Aparecida R. Oliveira**
- 5. Regiane Milcéia Orlando**
- 6. Lygia Helena Oliveira Leite**
- 7. Maria Natalina de F. Olivares**
- 8. Monique Nascimento Souza**
- 9. Marcia Perrone de Monteiro**

8. Candidatos à indicação do Poder Público para a VIII Conferência Municipal

- 1. Anna Maria Azevedo**
- 2. Eliana Fernandes Loureiro Victoriano**
- 3. Ângela Gonçalves Marques**
- 4. Edna Diva Miani Santos**
- 5. Laura Silva Santos de Abreu**
- 6. Yoshiko Iwai**
- 7. Silvia Regina Rodrigues Viana**
- 8. Fátima de Jesus Ferreira**
- 9. Lilian Deise de Souza**
- 10. Alessandra Alves Gomes**

9. Avaliação

9.1. Síntese das avaliações dos participantes

Nesta Conferência foram entregues por parte dos participantes um total de 32 (trinta e duas) avaliações. Dentre elas, no item *credenciamento* a maioria, 59% (19 avaliações), indicaram como BOM; no item *palestra* a maioria, 62,5% (20 avaliações) também indicaram o processo como BOM; no item *trabalhos em grupo*, a maioria, 62,5% (20 avaliações), como BOM; no item *infra-estrutura*, a maioria, 53% (17 avaliações), indicou como EXCELENTE e 44% (14 avaliações) indicou como BOM. No quesito *organização geral do evento*, 50 % (16 avaliações) indicaram como BOM e 31% (10 avaliações) indicaram como EXCELENTE. Foram realizadas *sugestões, críticas e elogios* que seguem tabulados abaixo do s gráficos referentes aos itens avaliados.

Os dados quantitativos referentes à avaliação encontram-se na tabela 10.

Tabela 10 - Avaliações dos participantes sobre a Conferência Regional

	EXCELENTE	BOM	REGULAR	SEM AVALIAÇÃO
<i>Credenciamento</i>	10	19	2	1
<i>Palestra(s)</i>	3	20	8	1
<i>Trabalhos em grupos</i>	6	20	6	0
<i>Infra-estrutura</i>	17	14	1	0
<i>Organização geral do evento</i>	10	16	6	0

Os dados também podem ser visualizados nos gráficos a seguir:

Gráfico 2 - Credenciamento

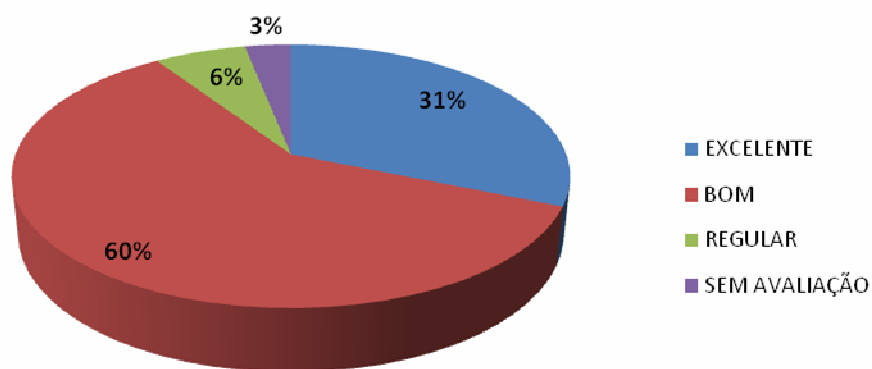


Gráfico 3 - Palestra(s)

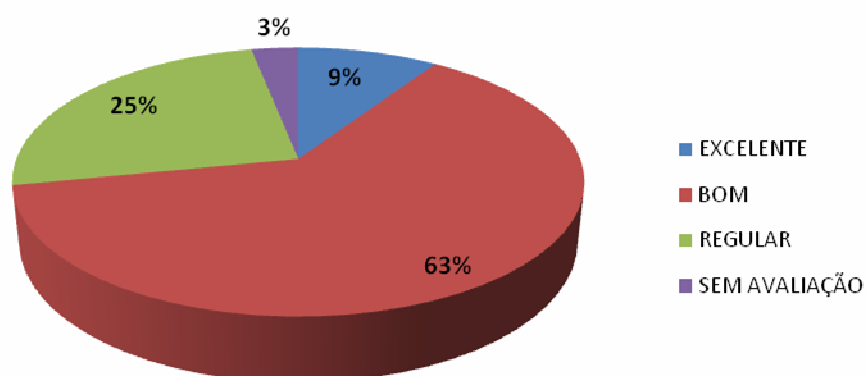
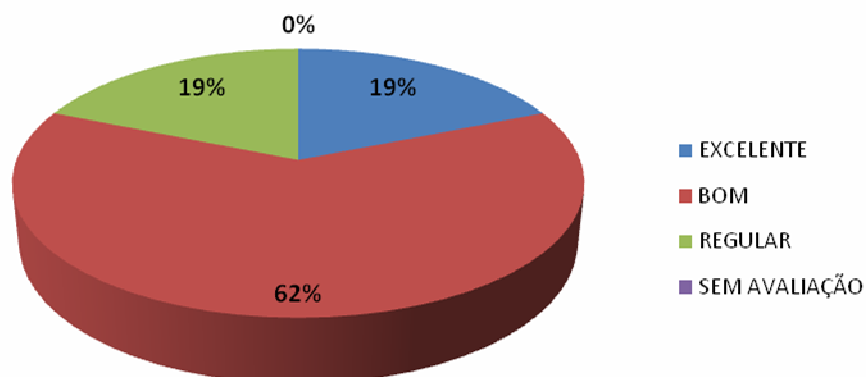
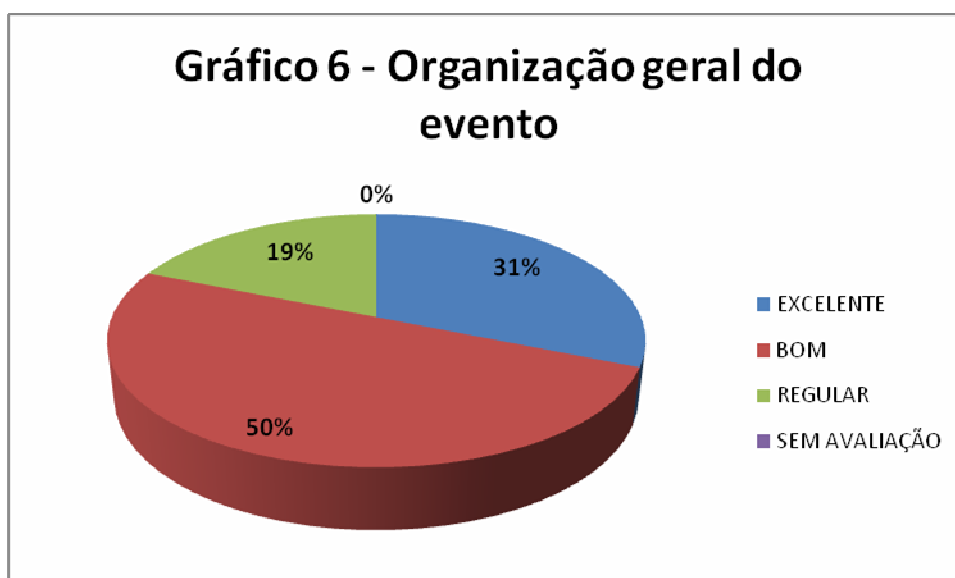
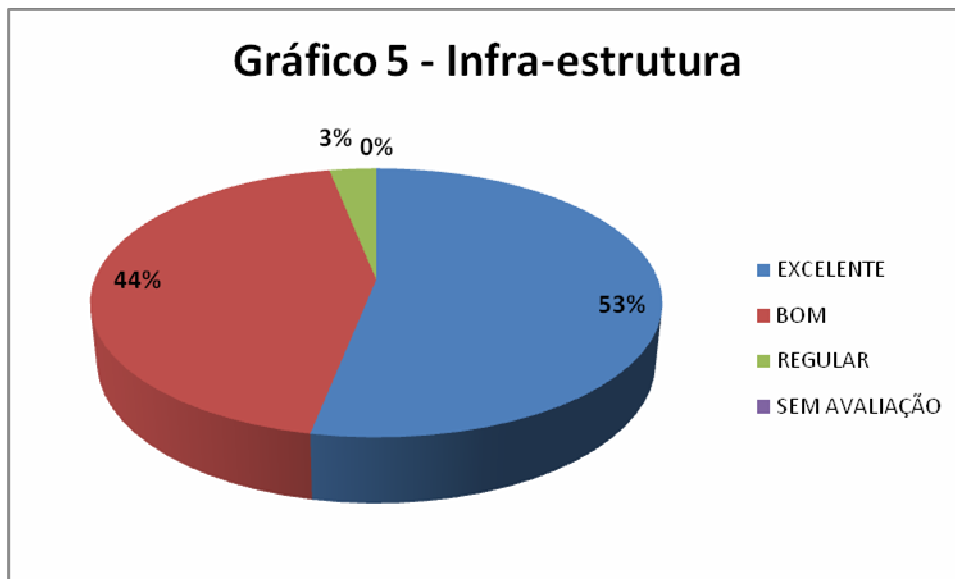


Gráfico 4 - Trabalhos em grupos





9.2. Síntese das sugestões, críticas e elogios dos participantes

Os itens mostrados abaixo são resultados da categorização das manifestações dos participantes na ficha de avaliação. O número entre parênteses indica a quantidade de opiniões similares ao item.

- **Sugestões**

1. Divulgar as Pré-conferências para a periferia. (1)
2. Aumentar o número de computadores para equipe de relatoria. (1)
3. Cumprir os horários previstos no regimento. (1)

4. Aumentar a duração das atividades em grupo. (1)
5. Maior divulgação do evento. (2)
6. Maior acessibilidade ao local do evento. (1)
7. Capacitar a sociedade civil para participar da conferência facilitando seu acesso. (1)
8. Aumentar a duração das atividades em grupo. (2)
9. Antecipar dados para uma melhor análise do “Conferir”. (1)
10. Disponibilizar material com resultados da Conferência. (1)
11. Melhor formação para os facilitadores. (1)
12. Maior tempo para as propostas e deliberações nos grupos com eixos temáticos. (1)
13. Aumentar o pessoal na organização (3)
14. Realizar as Pré-conferências em dois dias para ter mais tempo para as discussões. (1)

- **Críticas**

1. Palestra cansativa. (1)
2. Votação confusa e demorada. (1)
3. Mudança de regras no decorrer do processo, sem consulta à plenária, quando foi instituído a um grupo que formulasse mais de cinco propostas, que era o teto e esse grupo formulou 19 propostas. (1)
4. Falta de organização. (1)
5. Falta de tempo. (1)
6. Maior participação de usuários. (1)
7. Maior organização da mesa mediadora. (1)
8. Desrespeito ao horário do credenciamento. (1)

- **Elogios**

1. Parabéns pela dedicação e empenho na realização deste importante evento. (1)

Anexo 1 - Pronunciamento da Coordenadoria de Assistência Social

As conferências municipais, estaduais e nacionais de política pública constituem uma das mais importantes conquistas democráticas da sociedade brasileira, que vem sendo consolidadas após a Constituição Federal de 1988.

A cidade de São Paulo vai realizar sua 8ª Conferência Municipal de Assistência Social, por meio da parceria entre governo e sociedade civil.

O tema geral da conferência será a *Participação e o Controle Social no SUAS*, interpelando todos nós a refletir sobre os meios e oportunidades para ampliar o protagonismo das cidadãs e dos cidadãos paulistanos na fiscalização, no acompanhamento e no controle democrático da política de Assistência Social.

O COMAS-Conselho Municipal de Assistência Social, por meio de uma Comissão Organizadora e com apoio técnico e financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social, vem se ocupando da organização da 8ª Conferência, o que requer atividades preparatórias com vistas ao pleno êxito do evento.

Nos dias 8 e 15/06/2009 foram realizadas reuniões de preparação de coordenadores, facilitadores e relatores, sob a coordenação da Comissão Organizadora.

No dia 17/06/2009, inicia-se o ciclo de 10 pré-conferências macro-regionais preparatórias para Conferência Municipal, que serão realizadas com apoio das CAS - Coordenadorias regionais de Assistência Social da SMADS.

A conferência, instância de reflexão e deliberação sobre a Política Pública de Assistência Social, representa privilegiado espaço de participação popular na defesa de direitos sociais e na construção de uma sociedade democrática.

A 8ª conferência é momento de CONFERIR o cumprimento das metas do biênio 2007-2009, aprovadas na última Conferência e de PROPOR novas metas para o biênio que se inicia.

Sob essa perspectiva, vale destacar aqui as preocupações e providências que vem marcando o primeiro semestre da atual gestão da SMADS.

Na ocasião do convite para assumir a gestão, a edição do aludido decreto, restabeleceu a especificidade da Pasta da Assistência Social, devidamente dotada de recursos humanos, materiais e financeiros para realização de seus fins e metas. A situação anterior configurava um duplo comando - de uma parte dos meios, por parte da SMSP; e dos programas, projetos e benefícios, por parte da SMADS - em prejuízo da necessária unidade e coesão das ações. A estrutura precedente alimentava um perverso distanciamento entre a unidade central e as unidades regionais. O novo desenho vem favorecendo a "reconciliação" da instância central com as 31 unidades regionais representadas pelos CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, agora facilitada pela intermediação das novas Coordenadorias (Macroregiões) de Assistência Social criadas pelo mesmo decreto.

Recompõe-se, portanto, a estrutura de uma parcela do poder público paulistano, absolutamente fundamental para a gestão de políticas de melhoria

da qualidade de vida da população, especialmente daqueles segmentos socialmente mais vulneráveis.

Já nos primeiros dias da gestão, a Sr^a Secretaria determinou como prioridade da Pasta a consolidação dos CRAS- Centro de Referência de Assistência Social, o que vem implicando, conforme o caso, instalação, readequação ou deslocamento, para outros imóveis, das unidades em funcionamento, de modo a cumprir o Plano de Providencia pactuado com a SEADES e a CIT, segundo os critérios estabelecidos na revolução nº 6/Comissão Intergestores Tripartite, de 01/07/2008.

As recém-inauguradas unidades do CRAS - Freguesia do Ó e do CRAS - Santo Amaro constituem evidências do compromisso da atual gestão com a qualidade dos serviços socioassistenciais e com o respeito ao cidadão, à luz dos princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Assistência Social. Encontra-se em andamento as providencias quanto aos demais CRAS contemplados naquele plano.

Sob a gestão direta do poder público, os CRAS são unidades básicas de prestação de serviço socioassistenciais. Os CRAS significam a presença e a ação direta da municipalidade paulistana nos territórios cujos residentes esteja sujeitos a maior grau de vulnerabilidade social.

Todos nós, representantes do governo e da sociedade civil, estamos conscientes de nossas responsabilidades frente às complexidades das demandas do cidadão quanto aos serviços e benefícios da área da seguridade social. Conhecemos os desafios que teremos que enfrentar. E quais são esses desafios?

1. A ampliação da cobertura dos serviços e benefícios de Assistência Social, de modo a atender, efetivamente, a todos aqueles que “dela necessita”, observando-se o princípio constitucional em contexto de agravamento dos problemas sociais em decorrência da crise mundial.

2. A consolidação da rede de serviços, sob o comando único da SMADS, segundo as diretrizes do foco na família da territorialização das ações e da articulação intersetorial.

3. O aprimoramento dos mecanismos de gestão administrativa e financeira, alcançando maior eficiência e eficácia no monitoramento dos convênios, que constituem o principal instrumento da política socioassistencial municipal pela parceria com organizações sociais privadas.

4. O aprimoramento dos instrumentos de vigilância social, identificando tendências territoriais, regionais e metropolitanas, de modo a assegurar a resolutividade e eficácia das ações socioassistenciais.

5. A implantação de novas unidades de CRAS e a readequação das que se encontram em funcionamento, observados os princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e, particularmente, o *plano de providencia* elaborado com base na Res. CIT nº 6.

6. Avaliação e reordenamento da Política de Atenção à População em Situação de Rua com implantação de novas formas de abordagem e de prestação de serviço, privilegiando-se a (re) habilitação para o trabalho e para diversas inserções na vida social, de modo a romper com a tendência a

cronificação de situações, à tutela e a dependência dos usuários em relação aos serviços.

7. Definição de uma metodologia de abordagem e de prestação de serviços a segmentos populacionais (crianças, adolescentes e adultos) “desterritorializados” pelos intensos deslocamentos na cidade e na região metropolitana e que desenvolve estratégias de sobrevivência “na rua”, em razão do enfraquecimento ou da ruptura de vínculos com a família, a escola, o trabalho e a comunidade em seus respectivos “territórios”.

8. A otimização dos investimentos financeiros, materiais, técnicos e profissionais em serviços destinados ao abrigo institucional de crianças e adolescentes e a aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto, de modo a alcançar maior eficácia no desligamento “assistido”, observados os princípios do *direito convivência familiar e comunitária* e de *provisoriamente e excepcionalidade* da medida de abrigamento.

9. A efetiva articulação da concessão de benefícios financeiros com a prestação de serviço socioassistenciais, otimizando a aplicação de recursos e favorecendo a conquista de autonomia pelos usuários.

10. A efetivação dos CRAS, concebidos como “portas de entrada” para o SUAS, evidenciando e dando visibilidade às ações diretas do poder público municipal pela intervenção nos territórios, pela articulação em rede distrital e regional dos serviços, pela proximidade dos serviços com as famílias usuárias e pela combinação dos serviços com a concessão dos benefícios.

A equipe de atual gestão do SMADS manifesta sua certeza de que representantes do governo e representantes da sociedade civil saberão honrar suas delegações e mandatos junto à 8ª Conferência, exercendo com dignidade o compromisso com a consolidação do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na cidade de São Paulo, no Estado e no Brasil.

E reafirma, uma vez mais, o seu empenho para o contínuo aperfeiçoamento da Política de Assistência Social, segundo padrões de qualidade e resolutividade compatíveis com a grandeza e a importância política, cultural, social e econômica da cidade de São Paulo para o país e para o mundo.

É, portanto, com entusiasmo e muita satisfação que declaro, em conjunto com a presidência do COMAS, aberta a Pré-Conferência Regional de Assistência Social.

Anexo 2 - Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”

Conteúdo elaborado por Abigail Torres, Priscila Cardoso e Renato Luz.

Conceito de Controle Social (Polis: 2006)

Ação da sociedade civil organizada para: intervir nas políticas públicas, definir prioridades e avaliar objetivos, processos e resultados.

Controle social no SUAS

Sistema democrático e participativo de gestão e de controle social por meio de:

- Conselhos que devem ser de construção e operação democrática e transparente;
- Conferências de assistência social realizadas a cada biênio com efetiva possibilidade de participação de todos os segmentos;
- Publicização de dados e informes referentes às demandas e necessidades, de localização e padrão de cobertura dos serviços de assistência social;
- Canais de informação e de decisão com organizações sociais parceiras, submetidos a controle social, através de audiências públicas;
- Mecanismos de audiência da sociedade, de usuários, de trabalhadores sociais;
- Conselhos de monitoramento de direitos socioassistenciais;
- Conselhos de gestão dos serviços.

Desafios para o controle social na cidade de São Paulo

- Ampliação da pauta do COMAS para além da inscrição de entidades sociais;
- Descentralização e ampliação de instâncias de controle social;
- Representatividade frente aos interesses dos usuários da política;
- Diálogo intersetorial;
- Acesso e divulgação das informações;
- Fortalecimento da participação dos usuários – CRAS;
- Processos de capacitação que incluam organizações de defesa de direitos e que sejam direcionadas para o fortalecimento dos eixos do SUAS;
- Definição de uma agenda comprometida com deliberações das conferências e que reafirme a necessidade de planejamento contínuo e participativo da política;
- Planejamento de ações de mobilização constante;
- Inscrição de organizações (PL 3021/08): qual é o posicionamento sobre a questão?

Condições necessárias para o fortalecimento do controle – construção de uma agenda

Pressupõe:

- Governantes estimulados à partilha do poder com a sociedade civil; instados à construção de canais de participação;

- E... A existência de uma sociedade civil mobilizada, consciente e politicamente ativa.

Responsabilidades dos atores envolvidos

- Os gestores precisam re-organizar a rede socioassistencial de acordo com o SUAS;
- Os conselhos municipais, responsáveis pela inscrição das entidades e fiscalização dos serviços, programas e projetos da área, precisam redefinir critérios e parâmetros de qualidade do atendimento e assessoramento aos usuários e a própria participação nos conselhos. (Rosângela Paz)

Competência Ética

- O sentido de democracia na sociedade moderna é alcance e a garantia do direito, e não só o poder de participar da decisão. (SPOSATI)
- Seguramente é importante termos o controle social dos meios, como o financiamento, mas esse controle permanecerá com baixa efetividade, ou até movido por interesses parciais, enquanto o processo de gestão da assistência social entre os entes federativos não guardar unidade quanto aos direitos do cidadão brasileiro no âmbito da política de assistência social.

Financiamento para realização de direitos

- A distribuição dos recursos da Assistência Social pode representar violação de direitos, se de um lado o usuário precisa comprovar renda e necessidade para ter acesso a benefícios e serviços. Enquanto de outro os recursos não estão no fundo;
- Financiam-se as ações de primeiras-damas desarticuladas da política pública, utilizando recursos públicos;
- As organizações desenvolvem suas ações em desacordo com as diretrizes da política;
- Isenções são dadas sem controle de quantidade dos recursos e nem do tipo de ação desenvolvida.

Competências técnicas - condições

- Existência de quadros de profissionais habilitados;
- Regularidade das informações relativas à gestão dos recursos e das ações desenvolvidas pelo Executivo e pelas organizações conveniadas;
- Qualificação dos conselheiros: especialmente quanto a metodologias para avaliação dos resultados das políticas sociais;
- Capacidade de além de executar serviços, propor e fiscalizar as ações;
- Combater ações de lobbies tensionando para a discussão sobre interesses públicos e coletivos;
- Desautorizar a representação de interesses dos usuários por seus *"benfeitores"* condição que caça protagonismo e reproduz subalternidade dentro da política.

Gestão democrática - exige instituições que:

- Assegurem a expressão de quem nelas trabalham;
- Assegurem participação de seus usuários;
- Propiciem e fomentem a organização e expressão dos sujeitos (comissões locais de acompanhamento eleita pela comunidade);
- Sejam capazes de assegurar informações sobre todo o processo de decisão.

Instituir compromissos vem desde a base, é lá que inicia e também se dá de forma concreta à *co-gestão*. (SPOSATI)

Temos a convicção que o processo das conferências bem como a gestão dos conselhos para além de conter uma potência, uma capacidade democrática, sinalizam que participar, gerir, decidir, pensar, intervir, controlar, avaliar uma política social indica que estamos manifestando uma vontade de poder interferir no presente e no futuro. É esta potência, capacidade e vontade que dá sentido ao processo de participação e de controle social, tanto como um vir a ser como a um pôr-se em movimento. (SPOSATI: 2009)

Anexo 3 - Dados sobre a Delegação da Sociedade Civil à VIII Conferência Municipal de Assistência Social

Delegados à VIII Conferência Municipal

Segmento: Usuários

1	Nome: Marcio Miranda	RG: 24371696-5
	Endereço: Rua Bela Cintra, 244, apt 55^a, Jardins	
	Telefone: 4366-2431	Email: Marcio.miranda@yahoo.com.br

Segmento: Trabalhadores

1	Nome: Demilson Oliveira dos Santos	RG: 29359818-6
	Endereço: Rua Abel Tavares, 956, apt 61, bloco A, Ermelino Matarazzo	
	Telefone: 9764-6194	Email: d1000son@uol.com.br
2	Nome: Maria Cristina Nunes da Silva	RG: 13566720
	Endereço: Rua Bruno Bizorro, 117, Osasco	
	Telefone: 3592-9686/ 7307-1832	Email: cristinam2004@ig.com.br

Segmento: Organizações Sociais

1	Nome: Plínio Lopes Meireles	RG: 25908331-8
	Endereço: Rua Maria Figueiredo, 260, apt 24	
	Telefone: 3287-3001	Email: plimeireles@hotmail.com
2	Nome: Edson G.P.O. Silva	RG: 23760591-0
	Endereço: Rua Jacuí, 33	
	Telefone: 2577-5948	Email: egpos@uol.com.br

Observadores à VIII Conferência Municipal

1	Nome: Sonia A.D. Loureiro		RG: 9965575
	Endereço: Rua Manoel da Nobrega, 638, apt 53		
	Telefone: 9546-2854/ 2276-1000	Email: soniaadloureiro@uol.com.br	
2	Nome: Natalia Cunha Batista		RG: 44002923-5
	Endereço: Rua Manoel da Nobrega, 90, Vila Gumerindo		
	Telefone: 9101-7161/ 5061-7256	Email: natybatista@hotmail.com	
3	Nome: Lucia Helena Madeira		RG: 20324037
	Endereço: Rua Engenheiro Mesquita Sampaio, Jd João Francisco		
	Telefone: 6394-0137	Email: luciwood@hotmail.com	
4	Nome: Erika Aparecida R Oliveira		RG: 28538263-9
	Endereço: Rua Dr Carlos Infanti Marques, 222, Jd São Bernardo		
	Telefone: 9152-7545	Email: erika_institutogabi@yahoo.com.br	
5	Nome: Regiane Milcélia Orlando		RG: 44115817-1
	Endereço: Rua Bem. Dora de Vasconcelos, 448		
	Telefone: 5612-5819	Email: Regiane.orlando@gmail.com	
6	Nome: Lygia Helena Oliveira Leite		RG: 30407695-8
	Endereço: Rua Emílio Serrano, 150, Itaquera		
	Telefone: 2056-1031/ 8037-9160	Email: lyhelena@terra.com.br	
7	Nome: Maria Natalina de F. Olivares		RG: 9274565-9
	Endereço: Rua Aparecido Carlos Ferreira Correa, 174, V. Ema		
	Telefone: 8320-7709	Email: natalinaoliv@gmail.com	
8	Nome: Monique Nascimento Souza		RG: 44123006-8
	Endereço: Rua Barão de Jaceguai, 1274, apt 123, Campo Belo		
	Telefone: 8915-9843	Email: mopsico@yahoo.com.br	
9	Nome: Márcia Perrone de Monteiro		RG: 6055551
	Endereço: Rua Baltazar Lisboa, 464, Vila Mariana		
	Telefone: 5083-5351	Email: marciaperrone@yahoo.com.br	

Anexo 4 - Dados sobre a Delegação do Poder Público candidatos à VIII Conferência

	NOME	E-MAIL	TELEFONES
1	Anna Maria Azevedo	azevedoana2@gmail.com	(11) 3257 7447
2	Eliana Fernandes Loureiro Victoriano	elianavic@terra.com.br	(11) 2946 5924/(11) 9912 5435
3	Ângela Gonçalves Marques	angelamarques@gmail.com	(11) 5614 7881/(11) 9158 7203
4	Edna Diva Miani Santos	ednadiva@prefeitura.sp.gov.br	(11) 5571 9332/(11) 9939 6209
5	Laura Silva Santos de Abreu	lsabreu@prefeitura.sp.gov.br	(11) 3283 3516/(11) 8268 1608
6	Yoshiko Iwai	yoshiko.shiratori@gmail.com	
7	Silvia Regina Rodrigues Viana	sregina@prefeitura.sp.gov.br	(11) 5523 7714/(11) 9299 6156
8	Fátima de Jesus Ferreira	fteixeira@prefeitura.sp.gov.br	(11) 5594 4894/(11) 9132 4251
9	Lilian Deise de Souza	lilian.deise@yahoo.com.br	(11) 2307 3019/(11) 8533 3753
10	Alessandra Alves Gomes	afecaag@yahoo.com.br	(11) 8614 9718/(11) 7344 8232